

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Janeiro a Dezembro de 2014

A Corregedoria Geral da Administração do Estado de São Paulo (CGA-SP) integra a Secretaria de Governo e tem por finalidade preservar e promover os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, economicidade e publicidade dos atos de gestão, bem como da probidade dos agentes públicos estaduais.

Em 2014, a CGA-SP manteve a realização de correição, inspeção e apuração, aliadas a ações didáticas e preventivas e fortalecimento às atividades de combate à corrupção.

As ações são desenvolvidas por agentes públicos dos seus 10 departamentos (Instrução Processual, Monitoramento de Contratos Terceirizados, Apuração em Licitações, Contratos e Indenizações, Inspeção em Obras, Inteligência e Combate à Corrupção, Prevenção e Transparência, Assuntos Jurídicos e Disciplinares, Controle de Absenteísmo, Controle Estratégico, Análise e Prestação de Contas e Diárias), das seis setoriais (Educação, Saúde, Meio Ambiente, Habitação, Gestão Pública e Planejamento), do Centro Administrativo, Ouvidoria Geral, Auditoria Geral, além de integrantes do Conselho da Transparência Comissão Geral de Ética, Assistência Policial Civil e Assessoria Policial Militar.

Com as apurações realizadas, a fim de afastar a impunidade, a CGA recomendou providências punitivas em face de 180 agentes públicos por diversas irregularidades constatadas. Após procedimentos de apuração de enriquecimento ilícito, com base no Decreto nº 58.276/2012, houve demissões, a bem do serviço público.

Além das apurações rotineiras, algumas situações demandam ação conjunta com outros órgãos como a Polícia Militar e o Ministério Público, das quais mencionam-se operações realizadas em Circunscrições Regionais de Trânsito (Ciretrans), resultando na constatação de irregularidades diversas e recebimento de propinas, gerando procedimentos punitivos e descredenciamento de auto escolas, bem como em unidades de fiscalização tributária, com apreensão de documentos e numerário em espécie sem justificativas.

Com a regulamentação da Lei Anticorrupção, por meio do Decreto nº 60.106/2014, que prevê processos de responsabilização de pessoa jurídica por ato de corrupção contra a administração pública, a CGA reforçou as ações para difusão da Transparência e Prevenção da Corrupção com a promoção e participação em palestras, debates, fóruns e seminários apresentados a órgãos públicos, faculdades, OAB, entidades do Terceiro Setor, associações de classe, totalizando 62 eventos.

Outras ferramentas também foram colocadas em prática para fomentar a prevenção à corrupção, como a participação no Fórum de Combate à Corrupção no Estado de São Paulo – FOCCOSP, e a aprovação de projeto junto ao Fundo Britânico (*Prosperity Fund*) para intercâmbio entre representantes do Governo Paulista e do Governo Britânico, com vistas a promoção de dados abertos e de implementação de normas anticorrupção.

Ainda inserido ao FOCCOSP, a CGA organizou o seminário “Implementação da Lei Anticorrupção nas Empresas Estatais”, realizado em 9 de dezembro, Dia Internacional de Combate à Corrupção. O seminário reuniu cerca de 100 pessoas e recebeu representantes de empresas estatais e de fundações.

No decorrer do ano, o Governo manteve o enfrentamento da denúncia de cartel no sistema metro-ferroviário, com a elaboração de relatórios e despachos, expedições e juntadas de ofícios e documentos complementares, conclusão das análises patrimoniais com encaminhamento do resultado do trabalho à Secretaria dos Transportes Metropolitanos e ao Ministério Público, solicitação à Justiça Federal de cópia de eventuais documentos que possam auxiliar aos trabalhos de índole correcional na esfera administrativa e solicitação de documentos complementares às companhias públicas.

O monitoramento dos contratos de serviços terceirizados, com a adoção dos parâmetros divulgados no CADTERC – Cadernos Técnicos de Serviços Terceirizados, resultou em economia de **R\$ 37.238.764,81** ao erário. A inspeção em obras para apuração de planilhas de medição, mediante 187 diligências em todas as regiões do Estado, também gerou economia de **R\$ 3.635.571,30**. A utilização da modalidade Pregão Eletrônico, fiscalizada pela CGA, possibilitou economia de **R\$ 4.606.161.218,04**, decorrente do cálculo da diferença entre o montante inicialmente previsto nas licitações e o valor final obtido.

A CGA organizou o II Encontro de Ouvidores do Estado de São Paulo, com mais de 500 participantes e acompanhou a edição do Decreto nº 60.399/2014, valorizando ainda mais as ouvidorias públicas estaduais.

Foi aprovado, em maio, o Código de Ética da Administração Pública Estadual (Decreto 60.428/14). Com o apoio da Comissão Geral de Ética, o novo documento estabelece que os agentes públicos devem, no momento da posse, ter em vista o interesse público e o bem comum, observando em sua função ou fora dela, a dignidade, o decoro, o zelo e os princípios morais, evitando qualquer conflito de interesse. Instalação, ainda, da Comissão Estadual de Acesso à Informação – CEAI (Decreto nº 60.144/14).

Trinta agentes públicos da CGA participaram do curso “Controle Interno da Probidade Administrativa”, realizado de maio a dezembro em parceria com a FGV – Escola de Direito de São Paulo.

Lançamento do livro “Controle da Administração Pública”, uma coletânea de artigos escritos por agentes públicos da CGA que participaram do Programa de Pós-Graduação *latu sensu*, em parceria com a FGV Direito SP.

A CGA assumiu a presidência do Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci) para o biênio 2014/2015. O Conaci reúne órgãos de controle interno da União, dos Estados e das Capitais brasileiras.

A conclusão do projeto da CGA em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que tem como objetivo a prevenção à corrupção na Saúde, resultou em um site disponível na página da CGA na internet, em um vídeo institucional e na cartilha “Prevenção à Corrupção no Setor da Saúde”, em edição pela Imprensa Oficial.

A CGA manteve parceria com diversos órgãos, a fim de fortalecer as ações de transparência na gestão, controle da administração e combate à corrupção. As parcerias foram firmadas com Fundação Getúlio Vargas de São Paulo, Associação Paulista de Fundações, Controladoria Geral da União, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Controladoria Geral do Município de São Paulo e Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci).

Corregedoria em números

Ofícios e Portarias

Foram expedidos 2824 ofícios, baixadas 344 portarias.

Procedimentos Apuratórios

Foram instaurados 344 procedimentos correccionais e 1.062 protocolados; concluídos 1.087 expedientes e 2.163 apurações encontram-se em andamento.

Denúncia Online, Fale Conosco e Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)

Recebimento de denúncias principalmente pela internet, pelo site da Corregedoria www.corregedoria.sp.gov.br.

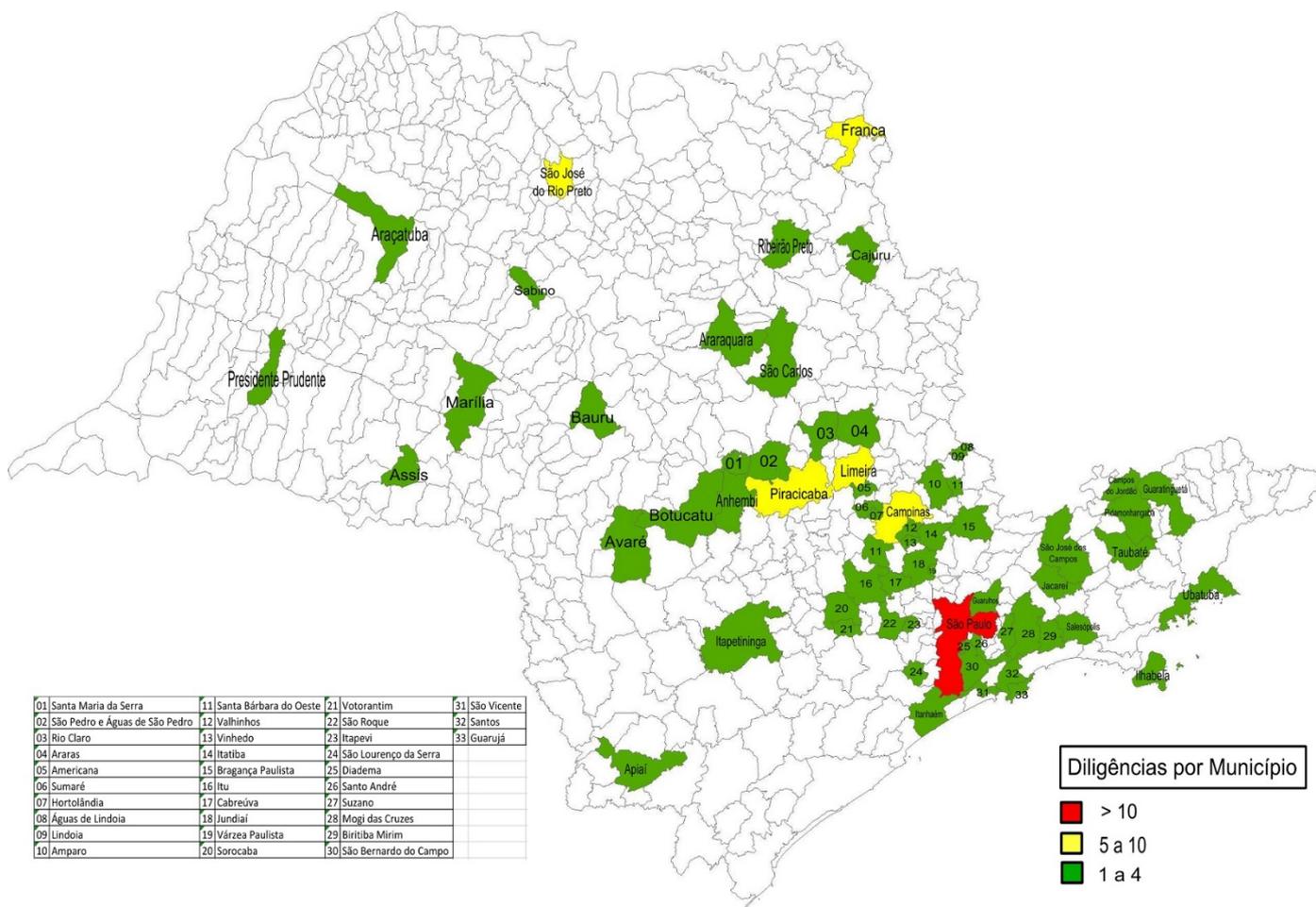
Denúncia online: 790 denúncias;

Fale Conosco: 1.982 mensagens eletrônicas;

SIC: 491 solicitações de informação

Diligências

Para a instrução dos processos foram realizadas diligências que abrangeram inspeções *in loco* em diversas regiões administrativas do Estado. Foram 232 diligências e 245 oitivas:



Economia Gerada

Setorial / Departamento	Economia Gerada em Decorrência da Atuação Correicional - 2014
Obras (estornos realizados em planilhas de medição e valores a serem ressarcidos ao estado)	R\$ 3.635.571,30
Licitações (valor de economia do Pregão Eletrônico)	R\$ 4.606.161.218,04
Terceirizados (redução de contratos acima do referencial)	R\$ 37.238.764,81
Contas e Diárias (restituição de adiantamentos e diárias indevidas)	R\$ 330.232,63
Total sem Pregão	R\$ 41.204.568,74
Total	R\$ 4.647.365.786,78

Custos da Corregedoria

	Custo Anual	Observação de Cálculo
Água Mineral	R\$ 3.240,00	Gasto real
Adiantamento	R\$ 8.271,02	Estimativa baseada no valor real até novembro de 2014.
Passagens Aéreas	R\$ 42.547,77	Gasto real até 17/12/2013
Diárias	R\$ 52.663,24	Estimativa média anual.
Veículos	R\$ 108.052,56	5 veículos. Valor mensal do aluguel da soma dos cinco veículos multiplicado por 12.
Cursos e Congressos	R\$ 173.259,64	Gasto real
Materiais e Serviços	R\$ 6.678,81	Compra de ferramentas de trabalho e serviço de conservação de móveis. (Inclui licença de software).
Condomínio	R\$ 481.752,19	Estimativa baseada no valor real até outubro de 2014. Incluem-se água, eletricidade, gás, telefone, manutenção e outros serviços condominiais.
Aluguel	R\$ 592.905,60	Relativo ao 2º andar do Cidade III
Vale-Refeição	R\$ 468.112,90	Estimativa baseada no valor real até novembro de 2014.
Funcionários (remuneração)	R\$ 14.848.600,80	Estimativa da folha salarial dos integrantes da CGA, excetuando funcionários terceirizados, incluindo-se estagiários e aproximando-se os salários dos empregados de empresas estatais. Cálculo baseado no total do mês de outubro de 2014 segundo o Portal da Transparência; multiplicando-se 13 meses de salário, mais 1/3 de férias relativo ao mês apontado. Não computando substituições, restituições, ajustes eventuais e outros.
Total	R\$ 16.786.084,53	
* valores não mesuráveis por estarem atrelados a contratos que envolvem toda a Casa Civil: viagens de automóvel, combustível, material de escritório (exceto o comprado por adiantamento), aluguel de máquinas de fotocópia, serviço de TI da Prodesp, serviço de copa, serviço de assessoria de imprensa, assinatura de periódicos.		

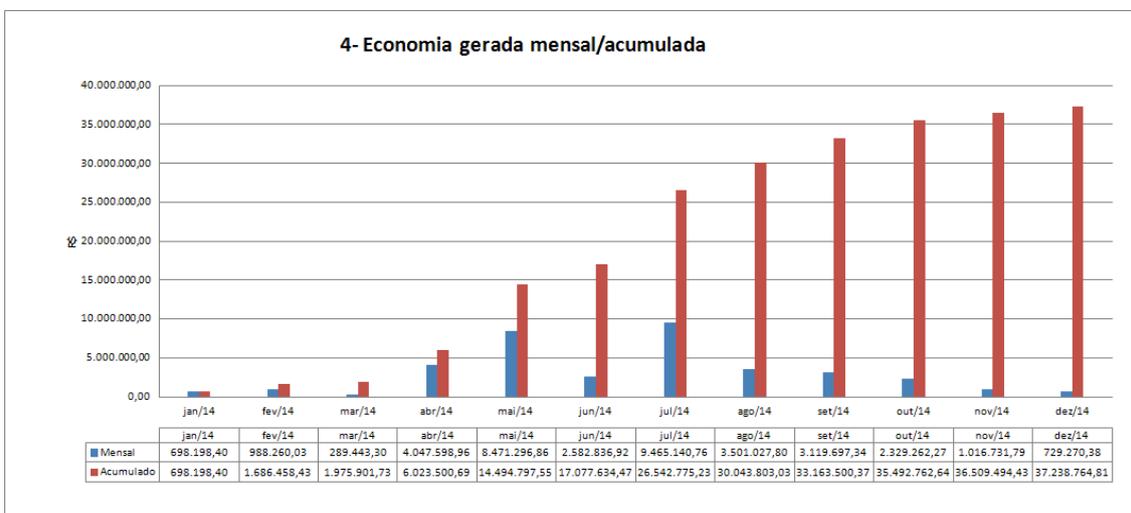
Unidades da Corregedoria

Departamento de Instrução Processual

Com atribuições de assessoria à Presidência e apoio às Setoriais e aos diversos Grupos Correcionais, no Departamento de Instrução Processual se destacam a análise dos protocolados e dos procedimentos distribuídos, a elaboração dos despachos, portarias, ofícios, certidões e relatórios. Nos termos da Portaria CGA ADM n.º 21/14, a esse Departamento foram conferidas atribuições referentes à tramitação dos expedientes, como a análise de pedidos de vistas, dilações de prazo e despachos de mero expediente. Além disso, também nele se realizam: análise preliminar e instrução inicial dos protocolados; acompanhamento de expedientes apuratórios existentes nas demais corregedorias e órgãos de controle interno da Administração Pública Estadual; acompanhamento dos desdobramentos dos procedimentos correcionais, referentes à instauração de processo administrativo ou sindicância, bem como as medidas de ressarcimento de prejuízos causados ao erário; acompanhamento, por internet ou diligências nos fóruns da Capital (Fazenda Pública e Criminal, em especial), no Ministério Público (Promotoria do Patrimônio Público e Social da Capital) e no Tribunal de Contas do Estado, dos processos que se relacionam com expedientes em trâmite na Corregedoria Geral da Administração; pesquisas de doutrina, jurisprudência, legislação, comparativos de atuação de outros órgãos de controle, gerando relatórios e/ou propostas para atuação da Corregedoria Geral da Administração; recebimento e encaminhamento de todas as manifestações recebidas por meio do canal institucional eletrônico de Denúncia Online, determinando as providências cabíveis. No ano de 2014 (janeiro a novembro), evidenciaram-se os seguintes números: 4.361 expedientes tramitaram pelo departamento entre protocolados, procedimentos correcionais e administrativos; foram expedidos um total de 79 relatórios; 54 certidões; 1.808 ofícios, 3.363 despachos e 259 portarias e recebidas e encaminhadas 790 manifestações via denúncia *online*.

Departamento de Monitoramento de Contratos Terceirizados

Com o monitoramento dos contratos terceirizados, a partir da adoção de parâmetros divulgados no CADTERC – Cadernos Técnicos de Serviços Terceirizados, é possível gerar economia ao erário. Em 2014 foram R\$ 37.238.764,81 de economia. A metodologia de apuração da economia é feita com base na renegociação dos contratos enquadrados acima dos limites referenciais, na diferença de valores decorrentes da aplicação de reajustes com índices menores do que o previsto ou a não aplicação de reajustes nos contratos adequados aos limites referenciais, e na diferença, a menor entre as bases mensais dos contratos encerrados e os novos. Com os parâmetros referenciais e a capacidade de controle, a possibilidade de superfaturamento ou outra situação de risco diminui consideravelmente. O departamento é responsável pelo acompanhamento cotidiano de mais de 12 mil contratos de serviços terceirizados registrados no site www.terceirizados.sp.gov.br. A CGA monitora, também, o registro das empresas sancionadas pela administração pública estadual. Com isso, é possível inibir a formalização ou prorrogação de contratos de serviços terceirizados.



Departamento de Análise de Prestação de Contas e Diárias

Atua na análise de processos e documentos referentes a adiantamentos, convênios, contratos de gestão com o terceiro setor e diárias, verificando a correta observação às regras da administração pública, objetivando o atendimento à legislação e o aperfeiçoamento da transparência no trato da coisa pública. Participou de operações conjuntas e realizou levantamento e fiscalização de convênios e obras decorrentes de emendas parlamentares.

Departamento de Inspeção em Obras

Atua de forma preventiva e pedagógica na preservação do erário público, antecipando a ocorrência de prejuízo aos cofres do Estado. Fiscais do departamento realizam diligências em todas as regiões administrativas, a partir de consulta aos registros constantes do Cadastro de Obras e Ações do Governo – COAG, ou de procedimentos e protocolados correccionais oriundos de denúncias. Nos procedimentos diligenciais são analisados documentos relativos a convênios e execução de obras, sendo inspecionados, por amostragem, os itens de maior relevância passíveis de conferência, no aspecto quantitativo, e a totalidade da execução da obra, no aspecto qualitativo. São realizadas, ainda, inspeções, vistorias e avaliações preventivas em obras civis de média e grande complexidade, tais como fóruns, presídios e hospitais, a fim de evitar possíveis irregularidades ocasionadas por pagamentos indevidos em medições e execução dos contratos e convênios celebrados no âmbito da administração pública direta, indireta e fundacional, bem como junto a prefeituras e entidades que recebem recursos públicos estaduais. Uma vez detectadas distorções nas medições entre os valores apontados e os efetivamente realizados, os gestores dos respectivos contratos e convênios são orientados a providenciar a devida correção na medição seguinte, procedimento que sana o problema sem a necessidade da instauração de

procedimento específico.No decorrer deste ano, as obras inspecionadas pelos corregedores, oriundas de diversos contratos e convênios, alcançaram um investimento de recursos originários do Estado da ordem de R\$ 1.834.529.088,47, sendo que deste total foi gerada economia aos cofres públicos de R\$ 3.635.571,30.

Departamento de Apuração em Licitações, Contratos e Indenizações

Realiza monitoramento das licitações, visando o cumprimento e atendimento aos Decretos Estaduais: 51.469/2007 c.c Resolução SF-15/2007, que tornou obrigatória a utilização da modalidade *pregão eletrônico* para aquisição de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia; 54.010/2009, que tornou obrigatória inversão de fases nas modalidades de concorrência, tomada de preços ou convite; 55.125/2009, que instituiu o Programa de Inserção de Jovens Egressos em Cumprimento de Medida Socioeducativa no Mercado de Trabalho e ao Decreto nº 55.126/2009, que instituiu o Programa de Inserção de Egressos do Sistema Penitenciário no Mercado de Trabalho - PRÓ-EGRESSO; 53.334/2008 - alterou o Decreto nº 40.177/95, qual seja o monitoramento dos pagamentos de despesas sem cobertura contratual ou decorrentes de contrato posteriormente declarado inválido; 53.546/2008, competência desta Corregedoria fiscalizar quanto à atribuição da Secretaria de Gestão Pública em gerir e acompanhar a emissão de passagens aéreas na Administração Direta; 56.565/2010, que dispõe sobre regras a serem observadas para a aprovação e contratação de projetos básicos de obras e serviços de engenharia e arquitetura; assim como acompanhar o cumprimento da legislação relativa à dispensa e à inexigibilidade de licitação. Compete, também, ao Departamento de Apuração em Licitações, Contratos e Indenizações apurar as representações ou denúncias envolvendo licitações. Em muitos casos a análise é feita com base em documentos encartados nos autos, informações oriundas de sistemas governamentais, consulta à internet e, na maioria dos casos, consulta física dos processos, que originaram as licitações e contratos.

Departamento de Controle de Absenteísmo

Voltado à identificação, prevenção e repressão à falta de assiduidade no serviço público estadual, realizou pesquisas sobre a publicação de salários das empresas públicas sobre assédio moral no trabalho, sobre o Sistema de Gestão Imobiliária dos Estados e Municípios, sobre legislação para análise de protocolados e procedimentos correccionais: Disciplinar, Eleitoral (Ficha Limpa), Trabalhista (empresas públicas e autarquias), Previdenciária (SPPREV), Processual Civil (ações judiciais envolvendo empresas estatais), Constitucional, Administrativo, Absenteísmo, Gestão de Recursos Humanos, Transparência, Acesso à Informação e Ética Pública, além de colaborar com o programa de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Ciências da Saúde do IAMSPE e com o curso de Formação de Gestores Imobiliários, realizado pela FUNDAP. O departamento realizou 12 diligências. Manteve, ainda, um representante do governo de São Paulo junto ao Comitê da Transparência da CGU – Controladoria Geral da União, responsável pelos preparativos da Copa do Mundo da FIFA 2014.

Departamento de Inteligência e Combate à Corrupção

Voltado ao levantamento e à análise de informações de inteligência e ao planejamento e realização de ações de enfrentamento à corrupção, o departamento realiza operações específicas de combate à corrupção no âmbito da administração pública, com o desenvolvimento de pesquisas e investigações nas áreas tática e operacional, e propicia apoio a outros corregedores, com consulta a bases oficiais e apoio em diligências. Em 2014 concentrou esforços na apuração da denúncia de cartel envolvendo empresas privadas que atuaram nas licitações públicas realizadas pela Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô e pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM, ambas vinculadas à Secretaria de Transportes Metropolitanos.

Departamento de Controle Estratégico

Compete propor, organizar, administrar e coordenar o desenvolvimento e a manutenção de sistemas estratégicos de informação, de responsabilidade da CGA, nas áreas da gestão, controle interno e transparência, além de realizar técnicas em matérias afins à sua área de atuação.

Estão sob a responsabilidade do departamento:

- Cadastro Estadual de Entidades (CEE) e o Certificado de Regularidade de Entidade (CRCE)

Instituídos pelo Decreto nº 57.501/2011, como instrumento de controle preventivo das entidades da sociedade civil sem fins lucrativos que mantém ou venham firmar convênios ou qualquer outro tipo de avença com órgãos da administração direta e indireta do Poder Executivo. Desenvolvido totalmente em meio eletrônico o acesso se dá na rede da internet no endereço www.cadastrodeentidades.sp.gov.br, contempla todas as etapas do cadastramento, a saber: auto cadastramento, vistoria prévia nas entidades, análise do cadastro e resultado da vistoria e emissão do Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE, viabilizadas também de forma automatizada, sem trânsito de documentos ou arquivos em papel.

Desde a sua instituição, em 15/01/2012, a 31 de dezembro/2014 o CEE apresenta os seguintes resultados:

Status da Entidade	Qtde Entidades
Entidades em cadastramento	1.700
Entidades em análise	1.054
Não aprovadas (Impedido)	475
Certificadas (CRCE liberado)	5.750
Com CRCE suspenso	820
Total de Entidades	9.799

- Monitoramento de Evolução Patrimonial

Compete ao Departamento de Controle Estratégico responsabilidade pelo cadastramento, recepção, análise e divulgação das declarações públicas de bens e valores das autoridades e dirigentes da administração pública estadual, nos termos do Decreto nº 41.865/97, alterado pelo Decreto nº 54.264/09, artigos 53 e 54 do Decreto nº 57.500/11 e artigo 7º do Decreto nº 58.276/12, além da manutenção e gestão do Sistema AEP - Acompanhamento da Evolução Patrimonial. Nesse sentido, foram prestados 910 atendimentos por telefone, 829 por email e tornadas públicas 908 declarações de bens e valores das autoridades alcançadas pela citada legislação.

- Portal da Transparência

O Portal da Transparência Estadual tem como finalidade centralizar e divulgar os dados relevantes referentes à transparência na gestão e ao controle social do Poder Executivo, produzidas pelos diversos órgãos e entidades, os quais são responsáveis por disponibilizar todas as informações necessárias à alimentação e manutenção do Portal. É acessado por meio do site www.transparencia.sp.gov.br.

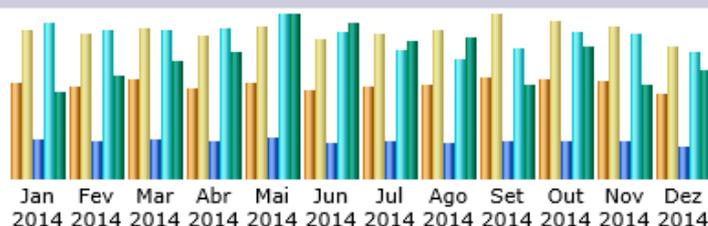
Visitas ao Portal: 999.245 visitas

Páginas visitadas no período: 15.480.718 páginas

Visitantes Únicos: 633.068

Estatística mensal 2014 de acesso ao Portal da Transparência Estadual.

Histórico Mensal



Mês	Visitantes únicos	Número de visitas	Páginas	Hits	Bytes
Jan 2014	53205	83767	1385589	5430795	3.74 GB
Fev 2014	51253	81296	1298736	5168784	4.43 GB
Mar 2014	55281	84664	1329897	5172269	5.06 GB
Abr 2014	50879	80363	1313502	5225089	5.45 GB
Mai 2014	54040	85810	1404869	5689972	7.07 GB
Jun 2014	49865	78117	1252550	5067727	6.75 GB
Jul 2014	51167	81733	1288368	4425777	5.95 GB
Ago 2014	52592	83093	1259390	4162096	6.08 GB
Set 2014	57023	92019	1311454	4541905	4.02 GB
Out 2014	56153	88527	1280334	5078987	5.72 GB
Nov 2014	54323	85852	1280369	5019495	4.06 GB
Dez 2014	47287	74004	1075660	4385229	4.69 GB
Total	633068	999245	15480718	59368125	63.01 GB

- Programa Transparência Paulista

Criado para fomentar a transparência da gestão pública municipal, registra 230 municípios paulistas com convênios celebrados com o Estado, os quais receberam gratuitamente um Portal de Transparência Municipal para a publicação das receitas e despesas, repasses estaduais, salários do funcionalismo, recebimento de denúncias, serviço de informação ao cidadão e outras funcionalidades. O Programa capacitou 696 agentes públicos municipais em 2014, por meio de videoconferências, e auxilia, principalmente, as pequenas cidades paulistas, com vistas ao cumprimento da Lei da Transparência – Lei Complementar nº 131/2009. O programa foi constituído das seguintes ações: desenvolvimento, implantação e suporte técnico para a instalação do Portal da Transparência nos municípios, capacitação dos agentes públicos municipais em: Transparência e Portal da Transparência; Lei de Acesso à Informação; Gestão Documental e Serviço de Informações ao Cidadão e Ouvidorias. Os municípios receberam, ainda, o sistema informatizado e-SIC, com o código fonte.

Departamento de Assuntos Jurídicos e Disciplinares

Além da função de assessorar juridicamente o setor, é responsável pelo acompanhamento do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, que registrou, no decorrer do ano, 491 manifestações, sendo 415 referentes à análise de recursos da Lei de Acesso à Informação (LAI) e 76 análises jurídicas.

Departamento de Prevenção e Transparência

O departamento, instituído pelas disposições do Decreto nº 57.500/2011, foi instalado em 2012 com o objetivo de assessorar a CGA com informações sobre as alterações legislativas e jurisprudenciais quanto à interpretação e aplicação da legislação vigente, bem como o preparo, mediante cursos, seminários e congressos dos servidores públicos estaduais, em especial dos corregedores. Tem, ainda, a atribuição de manter os contatos necessários com as demais instituições públicas e privadas comprometidas com o controle interno e social da administração pública, com a organização e participação em reuniões técnicas. Organiza e secretaria a Comissão Geral de Ética, cujas reuniões ocorreram em 16 de janeiro, 5 de junho, 20 de junho, 17 de julho, 31 de julho, 7 de agosto e 16 de dezembro; o Conselho de Transparência da Administração Pública, com reuniões nos dias 22 de janeiro, 12 de fevereiro, 20 de março, 16 de abril, 14 de maio, 11 de junho, 8 de julho, 13 de agosto, 10 de setembro, 8 de outubro, 10 de novembro e 9 de dezembro. Acompanhou e secretariou o Grupo Externo de acompanhamento das apurações administrativas sobre o suposto cartel na área metro-ferroviária. Participou de reuniões com secretários de Estado e com a administração indireta e fundacional e

promoveu seminários em parceria com a Ordem dos Advogados do Brasil, Centro Paula Souza, Secretaria de Estado da Educação e Polícia Militar do Estado de São Paulo. Foram 18 eventos no decorrer do ano.

Setorial Saúde

Além das correções realizadas nos assuntos atinentes a absenteísmo, nepotismo, desvio de função, acúmulo ilegal de cargos, assédio moral, abuso de poder, improbidade administrativa, combate e prevenção de furtos e roubos de medicamentos e equipamentos, entre outros, ocorridos no âmbito da Administração Pública do Estado, a atuação da equipe correcional especializada compreendeu também o acompanhamento e instauração de providências preliminares, de natureza investigativa.

Setorial Educação

Realiza inspeções em escolas, bem como nas demais unidades subordinadas e fundação vinculada, a fim de verificar a regularidade das atividades desenvolvidas e o esclarecimento de denúncias. Foram apontadas responsabilidades individuais e calculados valores a serem restituídos ao erário.

Setorial Meio Ambiente

Atuou na apuração de diversas irregularidades com o intuito de assegurar a proteção ambiental, bem como adotou ações preventivas com a intenção de coibir a prática destas transgressões e sugerir medidas pedagógicas para o corpo funcional da Secretaria do Meio Ambiente e entidades vinculadas. Dentre as ações realizadas por esta unidade, vale destacar, a Operação "Boi Voador", em que foi repreendido o abate ilegal de animais, crimes contra a relação de consumo e crimes contra a saúde pública no Município de Sabino/SP, e coibida a atuação em intervenções em área de preservação permanente em Salesópolis/SP, realizadas pela Prefeitura daquele município. A setorial está acompanhando a implementação do Trecho Norte do Rodoanel e o cumprimento de TCCA's firmados em favor de Unidades de Conservação Estaduais. Encontra-se em andamento, ainda, operações que averiguam irregularidades na concessão de licenças ambientais para a reciclagem de óleo e fabricação de pilhas e baterias. Fora as atividades que compõem as atribuições desta Setorial, há o apoio à Setorial Planejamento e Desenvolvimento Regional, em operações conjuntas, no DETRAN-SP, assim como colaboração com o MP-SP em operação junto à Secretaria Estadual da Fazenda.

Setorial Habitação

Responsável por correções feitas no âmbito da Secretaria Estadual da Habitação, inclusive a Agência Paulista de Habitação Social – Casa Paulista e a Companhia de

Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), a setorial atua no combate a irregularidades construtivas dos empreendimentos habitacionais, desvio de conduta de servidores da área habitacional, análise de licitações convênios e contratos, repasse de verbas públicas, cumprimento de normas trabalhistas, regularização fundiária, venda e locação irregular de unidades habitacionais. Em 2014, os corregedores visitaram um Núcleo Regional da CDHU, inspecionaram oito empreendimentos habitacionais, bem como três conjuntos do Programa Vila Dignidade. Acompanharam as obras e intervenções realizadas no chamado Programa Serra do Mar e atuaram contra irregularidades envolvendo mão de obra empregada por construtoras e empreiteiras contratadas direta ou indiretamente pela CDHU e/ou Secretaria de Habitação, Com a Operação Pomar, a setorial atuou para acelerar o ajuizamento das ações de ressarcimento dos prejuízos sofridos, cujo valor final ultrapassará a casa dos R\$ 18 milhões.

Setorial Gestão Pública

A atuação abrange os seguintes órgãos: Departamento de Perícias Médicas do Estado – DPME; Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual – IAMSPE ao qual se subordina o Hospital do Servidor Público do Estado – HSPE; Companhia de Processamento de Dados de São Paulo – PRODESP, incluindo os postos de atendimento do POUPATEMPO; e Fundação do Desenvolvimento Administrativo – FUNDAP.

Além do desempenho de suas atividades regulares, como apuração de denúncias recebidas, está incumbida de: monitorar o limite remuneratório de servidores estaduais da ativa, aposentados e pensionistas, que se encontram acima do Teto Constitucional; proceder ao acompanhamento e análise mensal, por amostragem, dos contratos terceirizados de consultoria firmados pela FUNDAP; apurar eventuais inobservâncias às orientações governamentais por parte das Fundações instituídas ou mantidas pelo Estado e Empresas sob controle acionário direto ou indireto, nos Acordos Coletivos de Trabalho celebrados com os sindicatos representativos de seus empregados, de conformidade com o regramento estabelecido pela Comissão de Política Salarial, vinculada ao Gabinete do Governador; acompanhar os trabalhos desenvolvidos pela UCRH quanto ao cumprimento do disposto no Decreto Estadual nº 54.376/2009, que disciplina a aplicação, no âmbito da Administração Direta e Autárquica, ao estabelecido na Súmula Vinculante nº 13 do Supremo Tribunal Federal, efetuando emissão de relatórios periódicos para apreciação da Presidência da CGA, bem como realizar apuração de denúncias envolvendo casos de servidores de outras pastas, que se encontram em situação conflitante com as normas estabelecidas; proceder a análise e encaminhamento à SPPREV de reclamações e/ou dúvidas relativas à concessão de aposentadorias e proventos percebidos no âmbito da administração direta.

Setorial de Planejamento e Desenvolvimento

Trabalha com o objetivo de apurar irregularidades praticadas por servidores da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Tendo em vista, o grande volume de delações referentes ao Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/SP, as apurações em trâmite nesta Setorial, em sua totalidade são

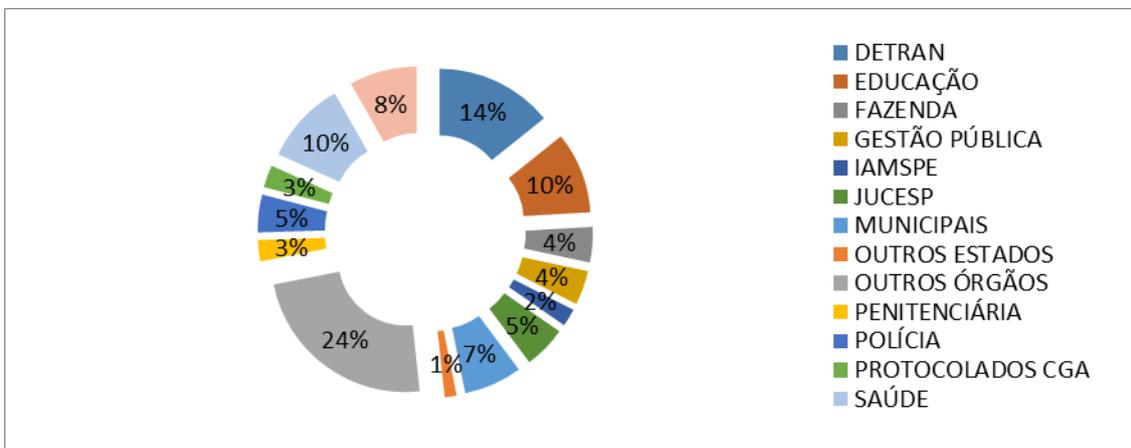
voltadas para o referido órgão. Neste sentido, no corrente ano todas as diligências e correições realizadas, com o fim de apurar responsabilidade funcional, se deram em Circunscrições Regionais de Trânsito (CIRETRANS) e Departamentos/Setores da referida Autarquia. A atuação dos membros da equipe resultou na propositura de diversas punições, no descredenciamento de parceiros (Autoescolas), e na diminuição dos atos de corrupção. Por fim, os resultados das ações da Setorial impactaram de forma positiva não somente no âmbito da administração pública, como também aos administrados, preservando assim, os princípios da legalidade, moralidade e eficiência.

Ouvidoria Geral

Em atenção à legislação, em fevereiro de 2013, a Ouvidoria Geral passou a desenvolver suas atividades com a finalidade de interagir com as ouvidorias, organizar e analisar o conjunto das manifestações recebidas, os indicadores do nível de satisfação dos usuários, colaborando com o fortalecimento e a valorização da atuação das ouvidorias. Tem entre as atribuições promover a proteção e defesa dos usuários, sistematizar informações, monitorar e avaliar indicadores, sugerir ações com vistas à melhoria das ouvidorias e ao aprimoramento dos serviços públicos.

Coordenou o grupo de trabalho que renovou o Decreto nº 44.079/99, resultando na edição do Decreto nº 60.399/14, cujo texto preenche lacunas reivindicadas pelos ouvidores e vem valorizar ainda mais as ouvidorias públicas estaduais. Promoveu, em 2014, o II Encontro de Ouvidores da Rede Paulista de Ouvidorias, reunindo mais de 500 participantes para o aprimoramento do conteúdo técnico das equipes de ouvidoria. Participou, ainda, de diversos eventos, dentre eles o Congresso Brasileiro de Ouvidores, realizado em agosto, em Florianópolis, e reuniões promovidas pela Ouvidoria Geral da União para discussão do Sistema Federal de Ouvidorias.

Foram atendidos pela Ouvidoria, em 2014, 2.680 usuários, sendo 698 diretamente pela Ouvidoria Geral e 1.982 pelo Fale Conosco, serviço que passou para responsabilidade da Ouvidoria Geral em 2014. Dos 698 atendimentos, o Detran foi o órgão mais requisitado.



- Fale Conosco - Em 2014, a Ouvidoria Geral assumiu o atendimento da mídia Fale Conosco da Corregedoria Geral da Administração, tendo sido atendidos 1850 usuários até 30/11/14. Os assuntos são os mais variados, sendo a expressiva maioria informações ou manifestações que não estão na esfera de atribuição da CGA, nem da Ouvidoria Geral.

Fale Conosco - 2014		
Mês	Recebidos	Média por dia
Janeiro	245	11,14
Fevereiro	187	8,50
Março	180	8,18
Abril	202	9,18
Maio	236	10,73
Junho	143	6,50
Julho	117	5,32
Agosto	102	4,64
Setembro	179	8,14
Outubro	122	5,55
Novembro	137	6,23
Dezembro	132	6
Total	1982	22,52

Auditoria Geral

Em atendimento ao disposto no artigo 36, do Decreto Estadual nº 57.500/2011, a Auditoria Geral tem focado sua atuação na interação entre as diversas Auditorias Internas existentes nas entidades estaduais, fomentando a troca de experiências e informações, a fim de melhorar o desempenho individual de cada uma delas,

fazendo sobressair a importância das auditorias como instrumento fundamental para o controle interno. Assim foram recebidos 17 Planos Anuais de Atividades, além de 61 relatórios trimestrais das atividades de auditoria realizadas por órgãos e entidades da Administração Direta, Indireta e Fundacional. Deu-se continuidade às visitas nas auditorias estaduais para que estas apresentassem sua forma de trabalho e as dificuldades de cada uma, a fim de propiciar, por parte da Auditoria Geral, a sugestão de atuações e procedimentos para melhorar o desenvolvimento dos trabalhos. Foram realizadas 18 visitas, em 2014. Está sendo desenvolvido um modelo de relatório, a fim de padronizar os dados enviados pelas Auditorias, cujas informações permitirão a análise de atuação das mesmas e a identificação dos pontos que merecem maior atenção e melhorias. A formatação final desse modelo de relatório deve estar concluída no início de 2015.

Assistência Policial Civil

Tem como precípua o assessoramento dos departamentos e setoriais no que tange aos trabalhos de polícia judiciária, bem como auxiliar em diligências e fornecimento de informações.

Assessoria Policial Civil

Tem o objetivo de assessorar os departamentos e setoriais no que tange aos trabalhos de polícia judiciária, bem como auxiliar em diligências e no fornecimento de informações. Esta assistência tem intermediado contato junto às delegacias de polícia do Estado de São Paulo e às setoriais, no tocante à obtenção de informações e cópias de inquéritos policiais. No decorrer do ano foi prestado auxílio em diligências junto às setoriais Planejamento, Gestão e Educação. Encaminhamento ao Departamento de Instrução Processual de comunicação de boletins de ocorrência envolvendo servidores públicos.

São Paulo, 31 de dezembro de 2014.

GUSTAVO UNGARO
P R E S I D E N T E